

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM NEGATIVA DO JAPÃO PARA A CHINA

IDENTITY CONSTRUCTION: ELEMENTS FOR THE CONSTRUCTION OF JAPAN'S NEGATIVE IMAGE TO CHINA

Aline Gomes de Albuquerque¹

Cristina Carvalho Pacheco²

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Universidade Estadual da Paraíba

João Pessoa – Paraíba – Brasil

Resumo: De maneira distinta das abordagens tradicionais, a abordagem construtivista dentro do campo das Relações Internacionais enfatiza o caráter de construção das instituições presentes no cenário internacional e até mesmo na maneira como a relação entre os países se desenvolve. Utilizando essa abordagem, esse trabalho tem como objetivo analisar como a identidade do Japão foi construída, na percepção da China, por meio das interações que ocorreram entre os dois países. De acordo com o construtivismo, essas interações são de extrema importância para entender como a identidade de um ator para o outro é construída. Para tanto será apresentada bibliografia sobre os dois países e que apresentam elementos que podem ser interpretados como essenciais para a construção de uma identidade negativa japonesa para a China.

Palavras-chave: Construtivismo. Identidade. Japão. China.

Abstract: Differently of the traditional approaches, the constructivist approach in the International Relations field emphasizes the character of construction of the institutions in the international scene and even in the manner that the relation between countries develops. Using this approach, this work has as its objective to analyze how Japan's identity was constructed, in China's perception, through the interactions that happened between the two countries. According to constructivism, these interactions are of extreme importance to understand how an actor's identity to the other is constructed. Therefore bibliography about the two countries will be presented and which present elements that can be interpreted as essential to the construction of a negative Japanese identity for China.

Key-words: Constructivism. Identity. Japan. China.

Recebido: 22/02/2017

Aprovado: 24/08/2017

Considerações iniciais

O número de abordagens que são utilizadas para analisar a relação entre os Estados vem se expandido especialmente após o fim da Guerra Fria dentro do campo das Relações Internacionais. Em comum, o questionamento acerca do modo exclusivamente racional que caracteriza a relação entre os Estados. Inserida nesse grupo, está a abordagem

¹ alinegalbu@gmail.com

² criscpacheco@gmail.com

construtivista que será utilizada no presente artigo para analisar como a imagem que um país possui do outro é algo que é construído de acordo com o modo pelo qual eles interagem entre si. A abordagem enfatiza que as instituições e relações presentes no cenário internacional não são fatores imutáveis, mas sim elementos que são construídos por meio de interações que são reforçadas continuamente no âmbito social. Para tanto, autores com uma perspectiva construtivista, como Wendt (1992), Weldes (1996) e Hopf (1998) serão apresentados ao longo do trabalho.

Neste artigo, a abordagem construtivista será aplicada para analisar a relação entre a China e o Japão. Mais especificamente, pretende-se entender como a identidade que a China atribui ao Japão na atualidade é algo construído por meio das interações que aconteceram entre os dois países desde meados do século XIX. A partir de documentos oficiais, bem como da literatura especializada acerca dessa interação entre os dois países, pretende-se demonstrar que se, na atualidade, a China possui uma determinada percepção acerca do Japão, esta não foi influenciada apenas por fatores materiais ou por determinantes sistêmicos, como preferem explicar as teorias tradicionais das Relações Internacionais.

O modo como a relação dos dois países acontece é influenciado pelas interações passadas e como estas foram responsáveis por construir um determinado tipo de imagem do outro permite também compreender como os países se identificam na atualidade. É importante, então, levar em consideração que, no presente trabalho, será analisada exclusivamente a percepção da China em relação ao Japão, com essa percepção e as mudanças que ocorreram nela ao longo do tempo sendo precisamente o objeto de estudo desse trabalho.

1. A construção das identidades

O argumento principal dos construtivistas é de que estruturas presentes na realidade não são fatores imutáveis, mas na verdade são elementos que foram construídos socialmente (WENDT, 1995, p. 71). Eles afirmam que os agentes presentes em uma estrutura e a própria estrutura são fatores que se constituem mutuamente (KLOTZ & LYNCH, 2007, p. 3), não sendo possível, então, responsabilizar totalmente a estrutura como sendo a causa principal pelas ações dos agentes (HOPF, 1998, p. 173).

A ideia de que países agirão em relação aos outros apenas de acordo com fatores racionais, para Hopf (1998, p. 176), pode tornar limitada uma análise, pois não considera os interesses que um Estado pode ter construído em relação ao outro por meio

das interações que ocorreram. É importante, então, considerar que, para os construtivistas, os interesses de um país em relação ao outro não podem ser caracterizados apenas por fatores materiais, e sim que esses também são influenciados pelas suas interações, por intermédio das quais os atores observarão, interpretarão e responderão a essas ações iniciais (WENDT, 1999, p. 405).

Logo, será apenas através desse contato que um país começará a atribuir determinada identidade para outro (ASHIZAWA, 2013, p. 29). Essa identidade não é algo imutável, ela é construída a partir de interações contínuas, e pela forma como os Estados percebem a si mesmos e àqueles ao seu redor (WELDES, 1996, p. 283). Um único Estado pode possuir múltiplas identidades, a partir de como os outros países interpretam suas ações (WENDT, 1992, p. 398). A percepção que os Estados acabam por construir interferirá nas interações futuras com outros Estados, o que acaba por reforçar e reconstruir essas relações (MIELNICZUK, 2006, p. 236).

Wendt (1992, p. 404) explana que o modo como a concepção de um ator sobre si ou sobre um interesse acaba sendo uma reflexão também das ações dos outros. Weldes (1996, p. 283) sustenta, também, que aquilo que vem a se tornar o que ela denomina “interesse nacional” é formado por meio de interações que construirão as imagens que os atores têm de si mesmos, tanto positiva como negativamente. A construção dos interesses pode ser melhor compreendida se existe um entendimento mais extenso acerca das normas de construção social que existem durante as interações (ROSAMOND, 2001, p. 204).

Como explicado por Hopf (1998, p. 180) enquanto construtivistas afirmam que as estruturas têm a possibilidade de serem mudadas, influenciadas pelos agentes como elas são, o autor também argumenta que reconhecer a possibilidade de mudança não é tornar mais fácil que esta aconteça, logo “a mudança nas políticas mundiais é tanto possível, como difícil” (HOPF, 1998, p. 181).

A partir dessa definição de identidade é que o presente trabalho se volta para a análise das interações da China com o Japão e como tais interações foram um elemento essencial para a formação da identidade japonesa. Enquanto nesse trabalho é coberto um período muito extenso de tempo, a ênfase nesse não é na questão histórica e sim na possibilidade de mudança de relação entre dois países que pode ser analisada a partir da abordagem construtivista. Enquanto algumas questões apontadas possam parecer muito distantes, com acidentes tanto da década de 1980 ou 1990 como acidentes mais recentes da relação Japão-China sendo usados como exemplos nesse trabalho, é importante

tomar em consideração que cada um desses incidentes é conectado pela imagem que foi construída por parte da China na sua relação com o Japão. Quando um ocorre, mesmo que muito tempo depois, ele é responsável por disparar uma série de reações que reafirmam a identidade japonesa para o país.

2. O Japão como ameaça colonizadora na Ásia

A colonização realizada por países da Europa não apenas nas Américas, como também na África, mas pelas razões mais óbvias, na Ásia, foi responsável por ocasionar inúmeros conflitos internacionalmente na medida em que eram descobertas vivências que não se encaixavam no padrão europeu de civilização (GONG, 1984, p. 97). Com a imposição desses padrões para as sociedades não-europeias, as regiões que eram alvo de ambições das potências colonizadoras foram forçadas a aceitá-los para escapar do risco de extermínio (GONG, 1984, p. 98).

O Japão foi um dos primeiros de sua região a se modernizar dentro do panorama aceitável pelas potências ocidentais. Para Gong (1984, p. 164), a partir do primeiro contato com os Estados Unidos no século XIX, após anos de uma política de isolamento adotada em 1614 e que se encerrava em 1853 com esse contato (BRADLEY, 2010, p. 170), a rápida modernização do Japão demonstrava a excelência do país sob os olhos da civilização ocidental. De acordo com Gong (1984), a postura do Japão se diferenciou em relação às instituições ocidentais a partir desse momento, acreditando que elas demonstravam o caminho para o desenvolvimento, resultando em uma rápida incorporação das instituições “civilizadas” ocidentais.

A concepção de ser diferente do resto da Ásia foi utilizada como incentivo para as ações japonesas durante o século XX no continente (GONG, 1984, p. 164). Após sua abertura, o Japão enxergava o Ocidente como exemplo de civilização a ser seguido (TAMAMOTO, 1991, p. 582). Segundo Bradley (2010), o posicionamento dos políticos japoneses era de demonstrar que o Japão era mais similar aos europeus e estadunidenses do que aos povos asiáticos, demonstrando, como explica Tamamoto (1991, p. 582) então ser merecedor também da posição de civilizador dos povos bárbaros.

Os territórios da região, entretanto, não seriam alvo apenas de ações colonizadoras por parte de países ocidentais. Com o Japão tornando-se uma potência militar, o país começou a espelhar suas ações no comportamento das grandes potências militares e imperialistas (VILLACORTA, 1994, p. 88). Diferentemente do feito por outros países da Ásia, como Pyle (2007) destaca, o Japão se tornaria uma potência

imperialista que viria a representar uma ameaça, não apenas para seus vizinhos, como também para os países mais poderosos da época.

Após o período inicial de aprendizado com as instituições ocidentais implementadas no país, o Japão tornou-se poderoso o suficiente para desafiar a ordem internacional dominada por potências ocidentais, questionando a legitimidade dos seus padrões de civilização (GONG, 1984, p. 164). Para Tamamoto (1991, p. 582), a modernização japonesa produziu confiança e o país se viu no direito de civilizar o continente asiático. Se a força era necessária para trazer a civilização aos seus vizinhos, era o fardo japonês aceitar essa missão (GUSTAFSSON, 2011, p. 122). Foram aproximadamente cinquenta anos de agressão japonesa no território asiático, começando com a guerra contra a China em 1894.

Com um território extremamente limitado, o Japão acreditava que, em razão de sua rápida “ocidentalização” (GONG, 1984, p. 164), possuía o direito de ser o líder da Ásia e levar a região para o caminho de integração entre Oriente e Ocidente (SHIH, 2011, p. 06). Com esse argumento, o Japão justificava sua expansão para outros territórios da região, expansão essa que permitiria a criação da chamada Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático. O termo foi criado pelo Japão para se referir à nova ordem que construiria na Ásia, livre do domínio de países ocidentais (SWAN, 1996, p. 139). Gonçalves (2010) explana que o Japão imperial,

[...]era um país desprovido de recursos minerais e energéticos, dependia de suprimentos de carvão, petróleo [...] e outros produtos[...] o governo de Tóquio concebeu um império colonial para que as matérias-primas fossem fornecidas pelos territórios onde se promovia a exploração japonesa. Isso explica a presença nipônica na Manchúria, na Coreia, nas ilhas de Taiwan, Sacalina e, mais tarde, o desembarque de suas tropas na Indochina, Índias Holandesas e outras regiões do Sudeste asiático. Em todos esses locais, Tóquio praticou uma política de exploração colonial pura e simples (GONÇALVES, 2010, p. 211).

O país foi responsável por inúmeras atrocidades na região, que serão expostas com maiores detalhes mais à frente. Contudo, o objetivo da unificação do território asiático sob domínio do então crescente império colonial japonês foi destruído pela sua derrota em 1945 (FUNABASHI, 1993, p. 76).

3. A visão da China: De soberano na Ásia a território subjugado

Nos últimos 30 anos, a República Popular da China tornou-se um dos países de maior destaque da região asiática. É uma das maiores economias do mundo, com o Produto

Interno Bruto (PIB) do país em 2014 sendo equivalente a aproximadamente 10,35 trilhões de dólares, segundo dados de 2016 do Banco Mundial, e cresceu a um ponto em que suas ações possuem grande impacto tanto a nível internacional quanto a nível regional. No que se refere à sua região, um dos fatores de maior destaque é a sua relação com o Japão.

Enquanto o Japão é visto com suspeitas por alguns de seus vizinhos, mesmo com o autodeclarado pacifismo do país (BUSZYNSKI, 2004, p. 56), a relação específica entre ambos parece causar certa preocupação na região (YANG, 2003, p. 318). Mesmo com diversas semelhanças culturais, com a cultura chinesa tendo um papel de enorme influência no Japão (ZACHMAN, 2009, p. 18), os dois países compartilham uma das relações mais conturbadas da Ásia no presente, com apenas 8% da população da China vendo o Japão de maneira positiva, segundo pesquisa do *Pew Research Center* (2014). Esse panorama deve-se primariamente às ações do Japão no continente desde sua modernização, sendo essencial observar a história das interações entre os dois países.

A China começou a estabelecer relações com o Ocidente especialmente após a Guerra do Ópio, ocorrida entre 1839 e 1842 contra a Grã-Bretanha (MEYER, 1997). O Japão percebia a China geralmente como inferior, ou como um território a ser protegido, ou como um território que deveria ser conquistado e moldado aos padrões de sociedade civilizada na linha seguida pelos japoneses (SHIH, 2011, p. 2). Logo, pode-se observar que a prioridade do Japão não era cooperar com sua região e sim aumentar sua influência sobre ela, o que acabava por provocar atrito com a China.

Contudo, foi nessa época que a primeira interação negativa entre os dois países pode ser reconhecida. Até o fim do século XIX, a China definia-se como a potência soberana da Ásia, julgando os outros territórios da região como sendo seus vassallos que lhe possuíam como modelo (BRIDGES & CHAN, 2006, p. 132). O país considerava o Japão um dos territórios onde possuía influência, o qual tinha uma dívida com a China devido à vasta influência cultural que exerceu sobre o país (BUSZYNSKI, 2004, p. 28) e que pode ser vista até hoje. Logo, a troca da China pelos valores ocidentais, por parte do Japão (ZACHMAN, 2009, p. 18) e seu consequente desafio ao papel da China como dominante na Ásia (ZACHMAN, 2009, p. 13), pode ser observada como o primeiro momento em que a China veria o Japão como uma possível ameaça a seus valores dentro da Ásia.

Foi após a sua vitória na Guerra Sino-Japonesa, que durou de 18 de agosto de 1894 até 17 de abril de 1895, concluída com a assinatura do Tratado de Paz de

Shimonoseki (ZACHMAN, 2009, p. 32), que o Japão parece adquirir prestígio internacionalmente, sendo considerado um país com um promissor futuro como uma potência global (ZACHMAN, 2009, p. 41). Ele adquiriu suas primeiras colônias (ROSE, 1998, p. 11) e começou a ter direito ao mesmo tratamento diplomático e comercial que os ocidentais possuíam na China. Para Bradley (2010, p. 194), as vitórias japonesas foram a confirmação do sucesso do povo japonês na sua ascensão ao status de um Estado civilizado de acordo com os padrões ocidentais.

Com a modernização do Japão, a China era vista como um inimigo a ser derrotado, um símbolo de retrocesso (ZACHMAN, 2009, p. 153). Derrotada em 1895 e, segundo Otte (1995, p. 1157), com sua fraqueza exposta ao mundo depois disso, a China passou por uma série de reformas, que foram iniciadas especialmente devido à crescente presença de poderes externos dentro do seu território, no que Zachman (2009, p. 55) chama de *Far Eastern Crisis*. Os primeiros anos do século XX foram um período em que a China percebeu que deveria se moldar aos padrões da sociedade internacional. Em 1º de janeiro de 1912, foi estabelecida a República da China, que, segundo o presidente provisório Sun Yat-sen, almejava se tornar um membro efetivo da sociedade internacional (GONG, 1984, p. 158).

O ano de 1931 foi quando os primeiros sinais de conflito entre as duas nações começaram a eclodir. Para Rose (1998, p. 13) o marco inicial foi o chamado Incidente da Manchúria, em 18 de setembro de 1931. Uma explosão de uma estrada de ferro perto da cidade de Mukden foi usada como justificava por parte do Japão para invadir a Manchúria (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2016). Tais eventos são apontados como o começo de catorze anos de hostilidade contra a China pelas mãos do Japão imperial (GUSTAFSSON, 2011, p. 152), que resultou na morte de milhões de civis e militares, além de inúmeros crimes de guerra (BRIDGES & CHAN, 2006, p. 141).

O conflito propriamente declarado entre a República da China e o Império do Japão começou em 1937, com o Incidente da Ponte de Marco Polo (THE CHINA POST, 2009). Durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa, que durou de 1937 até 1945, o Japão lançou uma campanha extremamente violenta contra a China, caracterizada por saques dos territórios conquistados, mortes e estupros a números alarmantes por mão do exército japonês (ROSE, 1998, p. 14). Dentre as atrocidades cometidas pelo Japão durante a guerra contra a China, a maior foi o que ocorreu na cidade de Nanquim, onde, durante seis semanas, o exército japonês massacrou mais de trezentos mil civis e prisioneiros de guerra que se encontravam na cidade (BRIDGES & CHAN, 2006, p.

142), além de estuprar um número incontável de mulheres (GUSTAFSSON, 2011, p. 153).

Derrotado na Segunda Guerra Mundial, o Japão foi submetido a um período de ocupação que só terminaria em 1951, com o Tratado de São Francisco (TAIWAN DOCUMENTS, 1999). Nesse cenário, a relação com a China foi colocada em segundo plano. O país passava por um processo de reformas após a ascensão do Partido Comunista Chinês, a criação da República Popular da China e sua separação com o governo da República da China, que foi realocada para o território de Taiwan. O Japão só retomaria a relação com a China em 1972 (JAPAN, 1978).

4. O reforço da identidade hostil japonesa em seu tratamento da história

Mesmo com o estabelecimento de relações entre os dois países, Rose considera (1998, p. 17) que a relação entre ambos vem sendo marcada por certas controvérsias. Os dois países possuem uma relação econômica forte desde a década de 1970 (HOPPENS, 2015, p. 188), com o maior número de importações realizadas pelo Japão sendo de origem chinesa, segundo dados do *The Observatory of Economic Complexity*. Contudo, a relação em outras áreas é marcada por conflitos que parecem estar longe de serem resolvidos, com as memórias do Japão imperial ainda vividamente presentes na lembrança dos chineses.

É importante destacar que conflito, nesse caso, não significa um combate de caráter bélico, mas sim, que a relação de ambos é marcada por questões delicadas (BRIDGES & CHAN, 2006, p. 128). A análise das interações entre os dois países desde a normalização de suas relações parece demonstrar que ações internas e externas do Japão não facilitam que a China comece a vê-lo como um aliado, mas sim como uma ameaça que poderia retomar suas ambições militaristas. Alguns exemplos ilustram as ações do Japão que reforçam a construção de uma identidade japonesa negativa para a China.

Para Coble (2007, p. 397), foi após a morte de Mao Tsé Tung, em 1976, que a China começou a lidar com a relação do Japão ao seu passado. Com as memórias de uma história em comum entre as duas nações, um dos fatores que tem adquirido maiores reações, especialmente por parte da China, é a ideia de que o Japão tenta minimizar ou justificar suas ações na Ásia durante o período de guerra, sem realmente expressar remorso (YANG, 2003, p. 307). Tomiichi Murayama, primeiro-ministro do Japão em 1995, foi o primeiro em seu cargo a, de fato, realizar um pedido de desculpas oficial

pelas ações do país durante o conflito (JAPAN 1995a). Contudo, continuaram a arrumar justificativas para as ações japonesas na guerra. Buzan (2010, p. 26) considera que, além de não tentar melhorar a relação com a China, as ações japonesas contribuíram, muitas vezes, para deteriorar essa relação.

Em 1994, o então Ministro da Justiça japonês, Shigeto Nagano, afirmou que o massacre de Nanquim era uma fabricação para manchar a imagem do Japão e que as ações do país na Ásia serviram para liberar os países vizinhos, um objetivo que ele considerava justo na época da guerra (LIND, 2008, p. 75). Em 1995, o ministro da educação, Yoshinobu Shimamura, afirmou que considerar ou não a guerra como uma agressão era uma questão de diferentes pontos de vista (LI, 2009, p. 116). Em 2014, um dos membros da estatal japonesa de televisão NHK negou a ocorrência do Massacre de Nanquim (BBC NEWS, 2014). Tentativas de justificar as ações do Japão são interpretadas pela China como ausência de remorso por suas ações (BRIDGES & CHAN, 2006, p. 132).

Outro ponto que acaba por contribuir negativamente para a imagem do Japão é a questão do Templo Yasukuni. Datado do fim século XIX, o templo era mantido oficialmente pelo governo do país até a ocupação estadunidense depois da guerra, quando se cortou a ligação entre o Estado e o xintoísmo, religião oficial do Japão até então (SHIBUICHI, 2005, p. 197). Ele gera forte reações negativas em países como a China e a Coreia do Sul, que sofreram os efeitos das ambições imperialistas do Japão (SHIBUICHI, 2005, p. 199). Na religião xintoísta, um templo não é apenas o lugar onde se conserva a memória, mas também as almas dos mortos, os quais, de acordo com Shibuichi (2005, p. 198), são considerados heróis que serviram o Japão, como soldados, militares e civis. Desde 1978, o templo abriga como heróis pessoas que foram executadas como criminosos de guerra após a Segunda Guerra Mundial (HOPPENS, 2015, p. 230).

Visitas por parte dos políticos japoneses, especialmente do primeiro-ministro, são consideradas uma ofensa por parte daqueles que ainda lembram das ações do Japão até 1945, sendo a escolha do primeiro-ministro de visitar ou não o templo uma decisão que acaba por ter consequências tanto interna quanto externamente, já que decisões favoráveis à visita ao templo indicam uma visão mais amena das ações do Japão na Segunda Guerra Mundial, atitude que, de acordo com Shibuichi (2005), é mais comum a partidos de direita no país. A visita do primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone em 1985, resultou em protestos de estudantes em algumas cidades na China (HOPPENS, 2015, p.

230) e gerou uma reação negativa muito maior do que a esperada, com veículos oficiais da mídia chinesa expressando a reprovação do ato por parte do Ministério das Relações Exteriores do país (SHIBUICHI, 2005, p. 207).

Até então, as visitas do primeiro-ministro eram ocorrências comuns, mas a resposta internacional negativa acabou por tornar o ato da visita uma ação a ser considerada cuidadosamente (SHIBUICHI, 2005, p. 205). As visitas do primeiro-ministro Junichiro Koizumi em 2001 acabaram por gerar reações negativas fortes e podem ser observadas como um fator para contribuir com a imagem negativa do Japão (SHIBUICHI, 2005, p. 211).

A questão do templo parece estar longe de ser resolvida, com o atual primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, realizando visitas ao templo (BBC NEWS, 2015) e demonstrando um posicionamento favorável (THE JAPAN TIMES, 2015a) à sua existência. Em 2017, o templo foi mais uma vez responsável por causar um desconforto na relação com a China, com a China afirmando que o Japão precisa encarar seu passado bélico (THE STRAITS TIMES, 2017) após Shinzo Abe enviar uma oferenda para o templo no aniversário da rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial (THE ASAHI SHIMBUN, 2017).

Há também o caso das chamadas “mulheres de conforto”, que eram mulheres que foram forçadas a prestar serviços sexuais a soldados japoneses durante a Segunda Guerra Mundial (BRIDGES & CHAN, 2006, 143). Mesmo que a Coreia do Sul esteja mais propensa a vindicar pedidos de desculpa do Japão nessa questão, a China também exige que o país ofereça retratações (TIEZZI, 2016), tendo aberto em 2015 o primeiro memorial dedicado a essas mulheres (XINHUA, 2015).

Apenas em 1991, ações contra o governo japonês começaram a ser exigidas para a compensação dessas mulheres (GUSTAFSSON, 2011, p. 156). Em 1995, o governo japonês anunciou a criação do *Asian Women's Fund* (JAPAN, 1995b) que providenciaria para cada sobrevivente a quantidade de ¥ 2 milhões, quantia equivalente aproximadamente a R\$ 65 mil, e uma carta do primeiro-ministro expressando remorsos. Essa iniciativa foi recebida de maneira negativa. A carta foi criticada por não ser considerada um pedido de desculpa oficial por parte do país. Ativistas da Coreia do Sul a criticaram, não apenas por ser somente uma carta pessoal escrita pelo Primeiro Ministro, como também em razão da origem do dinheiro, proveniente de fundos de caridade, não propriamente fundos do governo japonês (HOGG, 2007). De acordo com

Lind (2008, p. 66), na visão das sobreviventes, tais medidas não demonstravam remorso por parte do governo japonês.

O Japão continua a construir uma imagem negativa nesse aspecto também com ações que rejeitam esse remorso. Em 2007, o primeiro-ministro Shinzo Abe afirmou que essas mulheres não foram forçadas a prestar serviços sexuais (JOYCE, 2007). O prefeito da cidade de Osaka em 2013, Toru Hashimoto, afirmou que a existência das “mulheres de conforto” era necessária para o descanso dos soldados japoneses (BBC NEWS, 2013a).

Outra ocorrência que atribuiu maior negatividade ao Japão foi o caso dos livros didáticos japoneses que, de acordo com Li (2009, p. 138), mostram versões distorcidas das ações do país na Coreia do Sul e na China e que, para Hundt e Bleiker (2007, p. 72) minimizavam a dor e sofrimento das vítimas do Japão. Em 1982, protestos foram realizados na China como uma resposta a existência desses livros (HOPPENS, 2015, p. 230). Em 2005, novos livros didáticos foram alvo de críticas por oferecerem versões consideradas distorcidas dos acontecimentos da guerra, como se os chineses tivessem aceitado a dominação japonesa (HUNDT & BLEIKER, 2007, p. 75). Para Rose (1998, p. 1), a questão estava diretamente relacionada ao que ela chama de “embelezamento” das ações japonesas na guerra. A autora destaca, também, que a questão dos livros didáticos pode ser vista como o evento responsável por trazer o debate da responsabilidade japonesa pelas suas ações na guerra para o cenário internacional (ROSE, 1998, p. 4).

Um caso relacionado diretamente à identidade da China como Estado seria a relação do Japão com o governo de Taiwan. Hoppens (2015, p. 100) explica que ao normalizar a sua relação com a China em 1972, o Japão buscou não sacrificar seus laços culturais e econômicos com Taiwan. De acordo com Buszynski (2004, p. 71), a China se preocupa com a simpatia presente em setores dentro do Japão por Taiwan, enfatizando que o país sente que Taiwan reconhece ter se beneficiado com a colonização japonesa e não critica o passado do país como a China faz. Dados do Ministério de Relações Exteriores do Japão mostram que a opinião pública do país era muito mais positiva a Taiwan do que a China, com Taiwan também tendo uma opinião mais positiva em relação ao Japão (JAPAN, 2013). Além disso, o governo de Taiwan afirma que só esteve sob autoridade da China durante 1945 a 1949, sendo até então, durante o período de 1895 a 1945, uma colônia do Japão (BUSZYNSKI, 2004, p. 32).

A boa relação torna mais negativa a imagem do Japão. De acordo com Brown (2004, p. 03), o povo chinês sente que Taiwan é uma parte da China. Buszynski (2004, p. 165) explana que a unidade do estado é essencial para a identidade chinesa, tornando o caso de Taiwan um desafio. O país é crítico aos grupos pró-Taiwan existentes no governo japonês (BUSZYNSKI, 2004, p. 29) e, por ser um ponto essencial para sua identidade como um Estado moderno, a associação do Japão com Taiwan pode deteriorar ainda mais a sua imagem.

Outro fator relacionado a territórios seria o problema de um grupo de ilhas disputada por ambos. As ilhas, chamadas de Diaoyu (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2012) pela China, e de Senkaku (JAPAN, 2016) pelo Japão, encontram-se no mar entre Taiwan e Okinawa (BRIDGES & CHAN, 2006, p. 148) e a disputa chamou maior atenção depois que um grupo japonês construiu um farol no território em 1996 (YANG, 2003, p. 313). A questão da posse das ilhas vem atraindo maior atenção e, em 2012, foi objeto de diversos protestos organizados pela China (THE CHINA POST, 2012), pois o governo japonês afirmava ter comprado algumas das ilhas da família que supostamente seria dona de seus direitos (RYALL, 2012). Uma solução ainda parece estar longe de ser alcançada, com a tensão aparecendo novamente depois que o Japão enviou navios para patrulhar as ilhas em abril de 2016 (SOUTH CHINA MORNING POST, 2016).

Considerada com preocupação pela China e relacionada às questões aqui citadas, está também a possibilidade do rearmamento do Japão, proibido pela sua Constituição. Esse fator é ligado ao desejo de o país estabelecer um papel internacional mais ativo, sendo este refletido especialmente pela sua proximidade com a Organização das Nações Unidas (ONU) (LI, 2009, p. 115). Buszynski (2004, p. 72) afirma que após o atentado de 11 de setembro de 2001, os debates acerca do papel do Japão para a segurança internacional se intensificaram, permitindo que demandas por uma maior contribuição securitária sejam debatidas.

A China não vê com bons olhos a questão militar no Japão. Li (2009, p. 138) afirma que as análises sobre segurança do Japão feitas pela China acabam por sempre tomar em consideração as ações do país na sua história e sua tendência ao militarismo. Fatores como a existência do templo Yasukuni, visto pela China como um modo de honrar o militarismo japonês (SHIBUICHI, 2005, p.213), não ajudam a percepção chinesa de que, em algum momento, o Japão retomará o militarismo e pode vir a se tornar uma ameaça na região da Ásia (YANG, 2003, p. 318). A Coreia do Sul parece ter

a mesma opinião da China acerca do militarismo japonês (THE JAPAN TIMES, 2015b) e uma percepção mais positiva em relação ao Japão parece algo ainda distante se consideradas as mudanças acontecendo no país em relação à sua constituição pacifista (BBC NEWS, 2015).

5. A identidade japonesa para a China

Tamamoto (2005, p. 58), afirma que os problemas dos dois países têm raízes na história que ambos dividem entre si. A identidade que a China hoje tem do Japão é profundamente marcada pelas interações passadas e essa identidade que começa de problemas históricos parece se espalhar e afetar também questões materiais. Como pontuado pelo construtivismo e já anteriormente demonstrado no trabalho, identidades não são fatores fixos afetados apenas por questões materiais. A identidade de uma nação e as percepções sobre ela serão mudadas ao longo de suas interações, sendo essas reconstruídas constantemente (WELDES, 1996, p. 286).

As ações japonesas no século XX ainda são fatores cuidadosamente considerados na Ásia (ASHIZAWA, 2008). Para a China, o Japão parece ter uma identidade dividida. Uma, é a do antigo agressor, que marcou sua história. A outra, é a do parceiro comercial com o qual a China divide uma relação econômica muito próxima, mas com relações políticas deterioradas (GRIES, 2005, p. 831).

Considerações finais

As ações japonesas em relação à China e a interação entre os dois países foram fatores indispensáveis para a construção da identidade japonesa. Essas interações parecem ser continuamente repetidas de maneira negativa para a China, o que ajuda a reforçar uma identidade negativa para o Japão.

A constante diminuição das ações japonesas durante a Segunda Guerra Mundial é um fator que contribui muito negativamente para a percepção da China sobre o país. Questões como visitas ao templo Yasukuni ou de como ensinar para as novas gerações sobre as ações do país durante o conflito de uma forma mais amena parecem ser interpretadas pela China como uma demonstração do real posicionamento do Japão acerca de suas ações. A agressão do país na Ásia é uma memória recente para a China e que são vividamente lembradas cada vez que o Japão nega suas ações.

Além disso, as ações do Japão sobre as ilhas que as duas potências disputam e em relação a Taiwan são vistas negativamente pela China. Como já exposto, a unidade

do Estado é um fator importante para a identidade atual da China, com a boa relação com Taiwan e o avanço japonês sobre as ilhas que o país considera legalmente pertencentes a seu território sendo vistas como uma possível afronta à identidade chinesa enquanto Estado.

A possibilidade de um relacionamento mais harmonioso entre os dois países e da construção de uma imagem mais positiva sobre o Japão existe, pois como já afirmado, identidades são passíveis de mudança. Contudo, tal situação depende de mudança no paradigma das interações. Se as interações entre ambos continuarem se repetindo de forma negativa, a China possivelmente continuará atribuindo ao Japão a identidade de um país que não reconhece sua história e sua responsabilidade perante suas ações.

Referências

ASHIZAWA, Kuniko (2008) .When Identity Matters: State Identity, Regional Institution-Building, and Japanese Foreign Policy. **International Studies Review**,10 (3): 571-598.

_____. (2013). **Japan, the US, and Regional Institution-Building in the New Asia-When Identity Matters**. New York: Palgrave Macmillan.

BBC NEWS (2013a). **Japan WWII 'comfort women' were 'necessary' – Hashimoto**, publicado em [<http://www.bbc.com/news/world-asia-22519384>]. Disponibilidade: 27/03/2016.

_____. (2013b). **China condemns Japan PM Shinzo Abe's Yasukuni shrine visit**, publicado em [<http://www.bbc.com/news/world-asia-25518166>]. Disponibilidade :27/03/2016.

_____. (2014). **Governor of Japan broadcaster NHK denies Nanjing massacre**, publicado em [<http://www.bbc.com/news/world-asia-26029614>]. Disponibilidade: 27/03/2016.

_____. (2015). **Japan to allow military role overseas in historic move**, publicado em [<http://www.bbc.com/news/world-asia-34287362>]. Disponibilidade: 27/03/2016.

BRADLEY, James (2010). **Cruzeiro Imperial: uma história secreta de império e guerra**. São Paulo: Larousse do Brasil.

BRIDGES, Brian; CHAN, Che-po (2006). China, Japan, and the Clash of Nationalisms. **Asian Perspective**, 30 (1): 127-156.

BROWN, Melissa J (2004) .**Is Taiwan Chinese? The Impact of Culture, Power, and Migration on Changing Identities**. London: University of California Press, Ltd.

BUSZYNSKI, Leszek (2004). **Asia Pacific Security – Values and Identity**. London: Routledge.

BUZAN, Barry (2010). China in International Society: Is 'Peaceful Rise' Possible? **The Chinese Journal of International Politics**, 3 (1): 5-36.

COBLE, Parks M. (2007). China's "New Remembering" of the Anti-Japanese War of Resistance, 1937-1945. **The China Quarterly**, 190: 394-410.

FUNABASHI, Yoichi (1993). The Asianization of Asia. **Foreign Affairs**, 72, (5): 75-85.

GONÇALVES, Ronaldo Pereira (2010). O Japão na conjuntura internacional de 1930-1940. **Revista Faz Ciência**, 12 (16): 199-222.

GONG, Gerrit W. (1984). **The Standard of 'Civilization' in International Society**. Oxford: Clarendon Press.

GRIES, Peter Hays (2005). China's "New Thinking" on Japan. **The China Quarterly**, 184: 831-850

GUSTAFSSON, Karl (2011). **Narratives and Bilateral Relations - Rethinking the "History Issue" in Sino-Japanese Relations**. Sweden: Stockholm University, Department of Political Science.

HOGG, Chris (2007). **Japan's divisive 'comfort women' fund**, publicado em BBC News, [<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/6530197.stm>]. Disponibilidade: 16/04/2016.

HOPF, Ted (1998). The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, 23 (1): 171-200

HOPPENS, Robert (2015). **The China Problem in Postwar Japan - Japanese National Identity and Sino-Japanese Relations**. London: Bloomsbury Academic.

HUNDT, David; BLEIKER, Roland (2007). Reconciling Colonial Memories in Korea and Japan. **Asian Perspective**, 31 (1): 61-91.

JAPAN (1978). **TREATY OF PEACE AND FRIENDSHIP BETWEEN JAPAN AND THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA**, publicado em [<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/treaty78.html>]. Disponibilidade: 25/02/2018.

_____. (1995a). **Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama "On the occasion of the 50th anniversary of the war's end"**, publicado em [<http://www.mofa.go.jp/announce/press/pm/murayama/9508.html>]. Disponibilidade: 28/10/2017.

_____. (1995b). **Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama on the occasion of the establishment of the "Asian Women's Fund"**, publicado em

[<http://www.mofa.go.jp/policy/women/fund/state9507.html>]. Disponibilidade: 28/10/2017.

_____. (2013). **Recent Japan-Taiwan Relations and the Taiwan Situation**, publicado em [http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/taiwan/pdfs/japan-taiwan_relations.pdf]. Disponibilidade: 27/03/2016.

_____. (2016). **Japanese Territory. Senkaku Islands**, publicado em [<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/senkaku/>]. Disponibilidade: 27/03/2016.

JOYCE, Colin (2007). **Japanese PM denies wartime 'comfort women' were forced**, publicado em The Telegraph [<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1544471/Japanese-PM-denies-wartime-comfort-women-were-forced.html>]. Disponibilidade: 29/10/2017.

KLOTZ, Audie; LYNCH, Cecelia (2007). **Strategies for research in constructivist international relations**. New York: M.E. Sharpe Inc.

LI, Rex (2009). **A rising China and security in East Asia: identity construction and security discourse**. London: Routledge.

LIND, Jennifer M (2008). **Sorry States: apologies in international politics**. Ithaca, NY: Cornell University Press.

MEYER, Karl (1997). **The Opium's War Secret History**, publicado em The New York Times [<http://www.nytimes.com/1997/06/28/opinion/the-opium-war-s-secret-history.html>]. Disponibilidade: 29/10/2017.

MIELNICZUK, Fabiano (2006). Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS. **Contexto Internacional**, 28 (1): 223-258.

THE OBSERVATORY of ECONOMIC COMPLEXITY (2016a). **China**, publicado em [<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chn/>]. Disponibilidade: 29/10/2017.

_____. (2016b). **Japan**, publicado em [<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/jpn/>]. Disponibilidade: 29/10/2017.

OTTE, T. (1995). Great Britain, Germany, and the Far-Eastern Crisis of 1897-8. **The English Historical Review**, 110 (439): 1157-1179.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2012). **Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China**, publicado em [http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/diaodao_665718/t973774.shtml]. Disponibilidade: 28/10/2017.

PEW RESEARCH CENTER (2014). **Global opposition to U.S., Surveillance and Drones, but Limited Harm to America's Image**, publicado em [<http://www.pewglobal.org/files/2014/07/2014-07-14-Balance-of-Power.pdf>]. Disponibilidade: 28/10/2017.

PYLE, Kenneth B. (2007). **Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose**. New York: Public Affairs.

ROSAMOND, Ben (2001). Constructing Globalization. *In* FIERKE, Karin M. & JORGENSEN, Knud Erik (ed.). **Constructing International Relations – the next generation**. New York: M. E. Sharpe, 201-222.

ROSE, Caroline (1998). **Interpreting History in Sino-Japanese Relations - A case study in political decision making**. New York: Routledge.

RYALL, Julian (2012). **Japan agrees to buy disputed Senkaku islands**, publicado em The Telegraph [<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/japan/9521793/Japan-agrees-to-buy-disputed-Senkaku-islands.html>]. Disponibilidade: 29/10/2017.

SHIBUICHI, Daiki (2005). The Yasukuni Shrine Dispute and the Politics of Identity in Japan: Why All the Fuss?. **Asian Survey**, 45 (2): 197-215.

SHIH, Chih-yu (2011). A Rising Unknown: Rediscovering China in Japan's East Asia. **China Review**, 11 (11): 1-26.

SOUTH CHINA MORNING POST (2016). **Japan deploys 12 coast guard ships to patrol disputed Diaoyu Islands**, publicado em [<http://www.scmp.com/news/asia/diplomacy/article/1933502/japan-deploys-12-coast-guard-ships-patrol-disputed-diaoyu>]. Disponibilidade: 28/10/2017.

SWAN, William L. (1996). Japan's Intentions for Its Greater East Asia Co-Prosperty Sphere as Indicated in Its Policy Plans for Thailand. **Journal of Southeast Asian Studies**, 27 (1): 139-149.

TAIWAN DOCUMENTS PROJECT (1999). **Treaty of Peace with Japan**, publicado em [<http://www.taiwandocuments.org/sanfrancisco01.htm>]. Disponibilidade: 25/02/2018.

TAMAMOTO, Masaru (1991). Japan's Uncertain Role. **World Policy Journal**, 8 (4): 579-597.

_____. (2005). How Japan Imagines China and Sees Itself. **World Policy Journal**, 22 (4): 55-62.

THE ASAHI SHIMBUN (2017). **Asian neighbors protest as Abe sends offering to war dead shrine**, publicado em [<http://www.asahi.com/ajw/articles/AJ201708150049.html>]. Disponibilidade: 28/10/2017.

THE CHINA POST (2009). **The Marco Polo Bridge incident of 1937**, publicado em [<http://www.chinapost.com.tw/editorial/taiwan-issues/2009/07/07/215168/TheMarco.htm>]. Disponibilidade: 27/03/2016.

_____. (2012). **ROC, PRC flags fly together at anti-Japan protest in NY**, publicado em [http://www.chinapost.com.tw/asia/regionalnews/2012/09/18/354675/ROC-PRC.htm]. Disponibilidade: 16/04/2016.

THE JAPAN TIMES (2015a). **It's 'natural' for leaders to visit Yasukuni, Abe says**, publicado em [http://www.japantimes.co.jp/news/2015/02/18/national/politics-diplomacy/its-natural-for-leaders-to-visit-yasukuni-abe-says/#.VvgLDeIrLIU]. Disponibilidade: 27/03/2016.

_____. (2015b). **Nearly 60% of South Koreans view Japan as military threat: joint survey**, publicado em [http://www.japantimes.co.jp/news/2015/05/29/national/nearly-60-of-south-koreans-view-japan-as-military-threat-joint-survey/#.VvTIK-IrLIU]. Disponibilidade: 27/03/2016.

THE STRAITS TIMES (2017). **China, Korea protest as Japan PM Shinzo Abe sends offering to Yasukuni shrine**, publicado em [http://www.straitstimes.com/asia/east-asia/japans-pm-abe-sends-ritual-offering-to-yasukuni-shrine-for-war-dead]. Disponibilidade: 29/10/2017.

TIEZZI, Shannon (2016). **China, Taiwan Apply Pressure to Japan Over 'Comfort Women' Issue**, publicado em The Diplomat [http://thediplomat.com/2016/01/china-taiwan-apply-pressure-to-japan-over-comfort-women-issue/]. Disponibilidade: 28/10/2017.

U.S. DEPARTMENT of STATE (2016). **Office of the Historian. The Mukden Incident of 1931 and the Stimson Doctrine**, publicado em [https://history.state.gov/milestones/1921-1936/mukden-incident]. Disponibilidade: 29/10/2017.

VILLACORTA, Wilfrido (1994). Japan's Asian Identity: Concerns for ASEAN-Japan Relations. **ASEAN Economic Bulletin**, 11 (1): 79-92.

WELDES, Jutta (1996). Constructing National Interests. **European Journal of International Relations**, 2 (3): 275-318

WENDT, Alexander (1992). Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, 46 (2): 391-425.

_____. (1995). Constructing International Politics. **International Security**, 20 (1): 71-81.

_____. (1999). **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press.

WORLD BANK (2016). **China**, publicado em [http://data.worldbank.org/country/china]. Disponibilidade: 29/10/2017.

XINHUA (2015). **Xinhua Insight: Memorial for "comfort women" opens in east China**, publicado em [http://news.xinhuanet.com/english/2015-12/01/c_134874199.htm]. Disponibilidade: 28/10/2017.

YANG, Jian (2003). Sino-Japanese Relations: Implications for Southeast Asia. **Contemporary Southeast Asia**, 25 (2): 306-327.

ZACHMAN, Urs Matthias (2009). **China and Japan in the late Meiji period: China policy and the Japanese discourse on national identity, 1895-1904**. Abingdon: Routledge.